



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21 DE NOVEMBRO DE 2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

20903

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 1 DE 39

fls. 2

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Bom dia a todos e a todas.

Registro a presença dos Vereadores Arselino Tatto, Fabio Riva, Marlon Luz.

Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos na 31ª audiência pública, do ano de 2024.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, também pelo YouTube no canal da Rede Câmara SP e no Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. ARSELINO TATTO – Arselino Tatto presente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Registro a presença do Vereador Arselino Tatto.

Esta audiência vem sendo publicada desde 19 de novembro, no *Diário Oficial da Cidade*; no dia 16, no jornal *O Estado de S.Paulo* e, no dia 18, no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e também podem ser feitas, neste momento, junto à secretaria da Comissão. Então, quem quiser fazer uso da palavra, favor se inscrever com o Aparecido, do lado direito deste plenário.

Foram convidados para esta audiência pública: a Sra. Elizabete França, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representada, neste ato, pelo Sr. José Armênio Brito Cruz, Secretário-Adjunto - o José Armênio ainda não está presente -; o Sr. Rodrigo Ravena, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, neste ato, representado pela Sra. Juliana Laurito Summa; o Sr. João Manoel da Costa Neto, Diretor Presidente da SP Regula, representado, neste ato, pelo Srs. Mauro Haddad Nieri e David Tegangno.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente, bom dia. Peço que registre a presença do Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Registro e agradeço a presença do Vereador Rodrigo Goulart e do Sr. Roberto Bernal, Subprefeito de São Mateus.

Também foram convidados para esta audiência o Sr. Jefferson Martins, Gerente de Aterro Ecourbis, representado, neste ato, pelo Sr. Ednei Rodrigues Silva, Superintendente de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 2 DE 39

Engenharia da Ecourbis e pelo Sr. Luis Sergio Akira Kaimoto, Engenheiro Geotécnico da Ecourbis; Sr. Thomaz Miazaki de Toledo, Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb. Tem algum representante da Cetesb? Não.

Também foram convidados o Dr. Paulo Sérgio Oliveira e Costa, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo - não se faz presente; Dr. Roberto Luís de Oliveira Pimentel, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – não se faz presente; Dr. Marcos Vinícius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – não se faz presente; Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público-Geral, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – não se faz presente; os Vereadores da Câmara Municipal e o público em geral.

Convido para compor a mesa o Sr. Mauro Haddad Nieri, representante da SP Regula; a Sra. Juliana Laurito Summa, representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente; Sr. Ednei Rodrigues Silva, Superintendente de Engenharia e o Sr. Luis Sergio Akira Kaimoto, Engenheiro Geotécnico da Ecourbis. Os dois vão fazer apresentação?

Assim que chegarem os outros representantes e convidados, serão chamados para compor a mesa.

Esta é a primeira audiência pública do PL 799/2024, do Executivo Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a alteração do mapa 2, constante do artigo 383, inciso I, da Lei Municipal 16.050/2014, bem como estabelece o órgão competente para a definição da área beneficiária de compensação ambiental.

Então, dando início à audiência pública, já com o item de forma pública, só lembrando: as inscrições podem ser feitas de forma *on-line* e, também, aqui, de forma presencial, aqui, com a Secretaria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Então, vamos começar com as apresentações.

Registrar a presença do Vereador Hélio Rodrigues, do PT... Muito obrigado, Hélio.

Então, vamos passar, aqui, pela ordem de apresentação. A apresentação vai ser feita pela empresa... Pela SP Regula... Então, o Sr. Mauro Haddad... O senhor tem tempo disponível

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 3 DE 39

fls. 4

para apresentação do projeto, por parte do Executivo Municipal.

O SR. MAURO HADDAD NIERI – Agora sim, obrigado. Bom dia. Agradecer, Vereador Fabio Riva, pelo convite... Vereadores presentes, Rodrigo Goulart, Arselino Tatto e o Vereador Hélio Rodrigues, que está aqui, à Mesa, conosco...

Fazer uma breve contextualização, Vereador, se o senhor me permite, para a gente, depois, entrar na questão técnica... Contrato de concessão de coleta e destinação dos resíduos, que o senhor bem conhece, completou, no mês de outubro, 20 anos – a primeira grande concessão, talvez, do país, que deu norte a outros projetos, outros contratos, no país, que prevê a coleta domiciliar, a coleta seletiva e a coleta de resíduos de saúde no município de São Paulo, o transporte e a destinação desse material, de acordo com a sua natureza. Então, cada tipo de material tem um transporte, uma destinação adequada para ele.

O próprio contrato, bem como a legislação de 2002, a Lei 13.478, de 2002, prevê a possibilidade de renovação desses contratos de acordo com a legislação.

Secretário José Armênio, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Bom dia. Só registrar a presença... O Secretário José Armênio... Convidar V.Exa. a compor a Mesa... Muito obrigado.

O SR. MAURO HADDAD NIERI – Então, voltando, rapidinho, ele prevê a renovação dos contratos dentro de uma possibilidade jurídica legal, da mesma forma que a legislação, tanto federal como... Que prevê as concessões... Como a legislação municipal, aqui, da cidade, da mesma forma...

Bom dia.

De forma que, no momento oportuno do contrato, nós começamos as negociações para a renovação e, logo na sequência, teve o advento da renovação... Da atualização do Planares, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo algumas metas de acordo com as regiões – então: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul... E nós utilizamos, a partir daí, as metas do Planares, com os documentos municipais – o PGIRS, de 2014, que está em processo de renovação... De atualização... Tanto... E o PlanClima, o Plano de Ação Climática do

Município, para atualizar as obrigações das concessionárias, notadamente no que se refere a tratamento e valorização dos resíduos...

A cidade de São Paulo, cidade de 12 milhões de habitantes, e o entorno chegando, aí, pelo menos, a uns 20... Não é, Zé? Na Grande São Paulo... Aqui, na Região Metropolitana, pelo menos 20 milhões de habitantes... Com usos mais nobres para o território, para o chão, do que tratamento de resíduo, do que aterro... É por conta disso que a gente utiliza, por determinação, também, do PlanClima, a questão dos ecoparques. Então, há a ampliação da tecnologia no tratamento e na valorização dos resíduos, para reduzir substancialmente o volume daquilo que é destinado aos aterros. Então é evidente que nesse período de renovação contratual, tratamos também de questões passadas do contrato, e isso tudo foi enviado ao Tribunal de Contas, uma atualização contratual de tecnologia contratual e jurídica para controle, fiscalização, mensuração, metas, indicadores, de forma que usemos tecnologia, não só a tecnologia engenharia, mas também uma tecnologia jurídica mais atual para fazermos controle desse contrato. Tudo isso foi encaminhado ao Tribunal de Contas que, em maio deste ano, autorizou a SP Regula a assinar esse termo, que foi chamado de Termo Autorizativo Modificativo. É isso? (Pausa) TAM - Termo Aditivo Modificativo, com 12 anexos cada um, se eu não me engano. (Pausa) São 12 anexos, onde tudo isso está previsto, verificador independente, enfim, são várias e novas previsões no contrato, inclusive as tecnologias e o ecoparque.

Paralelo a isso, por conta dessa necessidade que tínhamos, o aterro municipal operado pela Ecourbis, que está ali na em São Mateus, na zona leste da cidade de São Paulo, começou com o São João. Depois teve ampliação, o CTL, cinco fases de ampliação e nós identificamos ali como a área mais adequada para a construção de um desses Ecoparques, que é o PlanClima Prev-3, e temos previsão no contrato do PlanClima Prev-4. Nós estamos fazendo o 3, sendo que um deles, exatamente por conta de dificuldade de áreas aqui na cidade de São Paulo, um deles, o da zona Norte é dobrado. Então é 1 com capacidade para 2, de forma que a ideia dos 4, o volume tratado nos 4, vai ser tratado em 3.

Nós fomos atrás de uma área que estava em processo de desapropriação pelo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 5 DE 39

fls. 6

Município, entramos nesse processo de desapropriação, conversamos com o Verde que entendeu a necessidade. E isso é muito importante, Vereador, tratamento de resíduo é solução ambiental para os resíduos, então o Ecoparque é um equipamento ambiental. Com essa premissa, o Verde entendeu a necessidade da cidade de São Paulo, que não é da SP Regula, que não é da Ecourbis, é da cidade de São Paulo e dos seus 12 milhões de habitantes, de ter uma área ali para ampliação do aterro e do Ecoparque, que vai tratar com tecnologia, com engenharia, com soluções adequadas, fazendo a valorização do resíduo, resíduos do agrupamento da cidade de São Paulo ali no Ecoparque. Então nós desafetamos a área, do Verde veio para SP Regula e de SP Regula nós colocamos sob responsabilidade do contrato. Tudo isso, Secretaria do Governo, CGPATRI, Procuradoria Municipal, a SMUL também participou. Por conta disso, há necessidade de alteração no Plano Diretor, agora alterando ali a proteção, lembrando que ao lado tem a previsão do Parque Cabeceiras do Aricanduva, que boa parte das compensações da própria concessionária serão feitas ali nesse parque.

Então, Vereador, pela natureza geográfica da área, o engenheiro Luiz vai explicar isso muito bem isso, a necessidade. A SP Regula, o Verde, a SMUL, entenderam a necessidade de transformar aquela área num equipamento ambiental de gestão de resíduo, e passar para SP Regula.

Então esse é o contexto contratual e a necessidade que nós temos de passar para SP Regula, que vai fazer as apresentações técnicas, se o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado, Mauro. Podemos fazer sim a apresentação técnica. SP Regula já tem apresentação?

Antes eu só queria indagar se o José Armênio, Secretário-Adjunto da Secretaria de Urbanismo, essencialmente quer fazer uso da palavra para complementar e depois a própria Juliana Summa pela Secretaria do Verde?

O SR. JOSÉ ARMÊNIO BRITO CRUZ – Obrigado, Riva. Acho que o Mauro colocou o meio histórico aí e a demanda que havia passado por SMUL, que levantou de fato essa questão da necessidade, do objetivo do que nós estamos aqui hoje, que precisaria de ter uma alteração

no Plano Diretor para que essa área pudesse receber essa ampliação. Só queria citar que quando foi feito o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, lá atrás, antes da nossa gestão, havia sido previsto que ele teria, em algum momento, uma ampliação dessas áreas. Gostaria de observar que as gestões da cidade vão uma atrás da outra, vão passando e as demandas e papéis que essas gestões assumem diante da cidade são em função do período que a gente pega. A previsão da ampliação dessas áreas, das centrais, para receber essa função, que é a função do tratamento de resíduos sólidos já havia sido prevista lá atrás.

Eu não sei certificar se foi em 14, se foi no plano que eles fizeram, acho que em 16, na gestão anterior. Então só isso, quer dizer, e a SMUL, sim, buscou a nossa observação e ali a SMUL levantou através da certidão e da compatibilidade de uso e ocupação do solo, a necessidade de uma mudança legal de um perímetro da macroárea, que é a macro área de preservação de ecossistemas naturais para macro área de controle e qualificação urbana e ambiental].

Então é o que completa, os pareceres de SMUL estão manifestados no referido, no respectivo SEI, e tem algumas coisas, algumas manifestações que ainda faltam, mas quer dizer, certamente aí no processo a gente vai colocar e viemos aqui para ouvir nessa audiência, como vocês também as diversas contribuições e eu estou aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, José Armênio. Sra. Juliana Summa pela Secretaria do Verde, até porque a pasta é importante, principalmente porque é uma Zepam, então tem a justificativa e os esclarecimentos.

A SRA. JULIANA LAURITO SUMMA – Bom dia, só para informar que o parque quando foi decretado e planejado, ele já não contava com essa área do CTL, na ampliação e falar que o Cabeceiras do Aricanduva já está em implantação, inclusive com o TCA, com as atividades do TCA do ecoparque.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado. Então vamos passar agora para as apresentações, começando pela SP Regula. Ô, desculpa.

O SR. EDNEI RODRIGUES SILVA – Não, na verdade, eu acho que eu errei...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – É pela Ecourbis, então o Sr. Ednei é representante, engenheiro, representando a Ecourbis. V.Exa. tem a palavra e disponível aí a apresentação através da nossa assessoria.

O SR. EDNEI RODRIGUES SILVA – Bom, bom dia a todos, bom dia ao Presidente Fabio Riva, aos presentes. É muito bom ter a palavra e falar de todo esse projeto que a gente vai iniciar. Não tem como falar de todo esse cenário sem a gente voltar um pouco no contexto e falar o porquê São Paulo adotou para fazer toda essa... por que São Paulo está adotando e indo nessa rota? Então a gente tem que falar um pouco dos ecoparques e a gestão de resíduos sólidos, uma introdução dessa gestão de resíduos sólidos. O porquê, qual a importância de fazer isso?

Dados da ONU, de 2018, já anunciavam que a gente iria aumentar muito a geração de resíduos. Então, em 2018, a gente tinha dois bilhões de toneladas geradas por ano. Isso vai aumentar para 3.4 até 2050. O que isso quer dizer? Que a gente vai ter um aumento de 60% na geração de resíduos nos próximos anos. Esses dados, essa montanha de resíduos que vai ser gerada determina que sejam necessárias ações de todos, isso a nível mundial, como comunidade, e implantação de novas tecnologias para reduzir essa quantidade de resíduos diante da diminuição de áreas disponíveis para fazer novos aterros sanitários.

Então, hoje, comparando os índices de recuperação que são praticados no mundo, a gente pode citar a União Europeia. A União Europeia começou com essa preocupação de geração de resíduos e tratamento na década de 90. Então eles têm aí 25 anos já tratando esses resíduos e reduzindo. Então a média, como a gente vê no mapa, ela já é acima de 40% e alguns países, como Alemanha, chegam a quase 60, acima de 60% de recuperação. Qual é a estratégia que é adotada para isso?

É muito importante determinar a separação, a segregação do que é separado na fonte, na origem e o que é destinado para essas tecnologias de tratamento. E isso eu só faço um parêntese, que é o que São Paulo adotou. Hoje, qual é a premissa mundial e que São Paulo adotou nessa nova fase da gestão de resíduos no município? Você tem tudo o que a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 8 DE 39

fls. 9

municipalidade gera, tudo o que o munícipe gera, ele segrega, o que ele segrega é segregado e coletado de maneira diferenciada. E isso tem fim específico, que são as cooperativas de reciclagem. São todos esses aparelhos que são responsáveis pela segregação de materiais, que são coletados de maneira segregada. Tudo o que a população não separa, que é disponibilizado para que seja como resíduo que não tem mais serventia, as concessionárias têm a obrigação de requalificar esse resíduo e torná-lo algo que seja recuperado, de maneira que seja recuperado ou reciclado, para que isso melhore esse índice de recuperação geral.

E isso, claro, tem a fonte. Eu só coloquei essa maneira de segregar essas duas rotas de coleta, para diferenciar muito bem o que é coletado e vai para toda uma parte, uma cadeia de segregação que já existe, vai ser fomentada e aumentada no município, contra uma cadeia que hoje é coletada de maneira indiferenciada, qual seja, essa maneira indiferenciada: que é o resíduo todo misturado, que a população joga para que seja disponibilizado para aterros e que pode ter um fim mais qualificado.

Então, diante disso, o que são esses ecoparques? São equipamentos que foram concebidos fora do Brasil para tratar esse resíduo de forma indiferenciada, o resíduo que ninguém separa. Eles são equipamentos públicos, quer dizer que o município tem esse equipamento para qualificar os resíduos, que são equipamentos que contém tanto essa parte de uma separação mecanizada, porque como resíduo ele vem muito sujo, é muito difícil de separar, a gente precisa fazer isso de forma mecânica. Então, existe uma segregação mecanizada nesses equipamentos. Existem tratamentos depois que esse equipamento separa, a fração orgânica tem um fim, uma qualificação para que seja reaproveitada, uma recuperação energética. Há também espaços como esses equipamentos são para durar em longos períodos, áreas para que sejam aplicadas novas tecnologias ao longo do tempo, sempre centros de treinamento ambiental, sejam técnicos, sejam para conscientização ambiental. E sempre buscando a integração com o município, parques urbanos. Isso a nível mundial, e eu que saio de São Paulo, estou trazendo isso um pouco.

Então, quais são as vantagens desses equipamentos denominados ecoparques?

Claro, a redução do volume dos resíduos que vão para aterro. Então, a partir do momento que você segrega isso, que você diverge isso, tira para fontes de usos mais nobres, você está diminuindo o volume de aterro. A reciclagem dos materiais, claro, tudo aquilo que não vai ser disposto e você consegue dar um fim melhor é também um valor. A partir de geração de energia, tudo o que você não consegue reciclar, você de alguma maneira aplica para que isso tenha uma fonte mais qualificada, como a de geração de energia. A redução dos impactos ambientais que eventualmente você teria e há criação de empregos. Quando você traz essas tecnologias, você traz mais qualificação e emprego de mais mão de obra, para que deixe esses equipamentos mais operantes naquela região. Então você traz emprego, traz outras características do emprego na região quando você aplica essas tecnologias, além do número de pessoas.

E os incentivos da economia circular. Você começa a mudar a visualização de como a população enxerga a geração de resíduos e essa questão da aplicação dos recursos que podem trazer essa geração. Então o que é esse tratamento mecânico que eu mencionei que muitas pessoas não entendem o que é? É um processo que utiliza equipamentos para separar os resíduos. Hoje, na Europa, já existem mais de 700 plantas dessa tecnologia, são diversos equipamentos que separam o resíduo justamente para separar os resíduos que não foram oportunamente separados pelas pessoas, então a Europa tem esse planejamento e até 2025 devem chegar a quase 700 plantas. E tem mais ou menos esse perfil de segregação com equipamentos. E, o que é uma polêmica, eu entendo a questão de geração de energia como parte da solução de resíduos, dado que a população vai separar a parte segregada na origem e que isso vai ter um fim, dado que os equipamentos separarão uma parte também valorizável do resíduo, ainda sobra uma carga dos resíduos que é passível de valorização energética.

Então, o que é esse equipamento? Esse equipamento é um equipamento totalmente enclausurado. Essa é uma foto de como é esse equipamento. Então hoje ele pega o poder calorífico dos resíduos que ainda não tem qualquer valoração para gerar energia. Você queima esse resíduo, gera uma carga térmica, vaporiza a água e essa água gera energia. Então se vocês virem a figura, o que é que ela representa, o que queima realmente em toda essa unidade são

praticamente essa primeira parte até o número um. Se você recebe o resíduo, joga nessa parte que tem diversos círculos verdes, embaixo da figura, é aí a área que faz essa gestão da queima do resíduo, todo o restante da unidade, depois que a água vaporizada, e até gera energia na parte inferior do prédio. Todo o resto do prédio é concebido para tratar toda e qualquer emissão relativa a essa produção de energia. Então você tem tratamentos de emissão em sequência, para que tudo aquilo que seja gerado seja totalmente purificado.

É importante ressaltar que o padrão de emissão hoje é presente no estado de São Paulo, na Cetesb em todos os equipamentos que já são licenciados ou estão em fase de início de produção com esse tipo de tecnologia. E aí eu posso citar que já é público a partir da Orizon, Barueri e o litoral paulista, que está buscando licença. Existem já unidades em licenciamento com esse tipo de tecnologia, que prevê todo e qualquer eliminação de poluente que possa vir a ser emitido.

É importante ressaltar que muita gente faz alusões a essa tecnologia do início do século. É uma tecnologia que é utilizada desde 1900, em diversos locais do mundo. Em 1900, muitos locais ainda tinham carroça. A tecnologia era muito rudimentar, então isso vem evoluindo ao longo do tempo e hoje há total segurança da aplicação desse tipo de tecnologia para a geração de energia através dos resíduos domiciliares. Isso é muito importante dizer e esclarecer para todos os presentes. Então isso é adotado lá fora e depois eu vou até colocar em que nível isso é adotado em diversos locais do mundo.

Dado isso, quais são as peculiaridades dessa parte da solução da recuperação energética de resíduos? Claro, você diminui o esgotamento da vida útil dos aterros sanitários. Você tem a produção de energia mais limpa com isso, devido a inexistência de áreas apropriadas para novos aterros, o que também é uma vantagem, porque novos aterros são milhões de metros quadrados necessários para alimentação de um aterro, enquanto essa unidade são cerca de 20, 25 mil metros quadrados para implantação. A redução do transporte, porque como ela não tem impacto e depois eu vou mencionar onde essas unidades estão implantadas ao longo do mundo, e que não tem um impacto quando é aplicado nas cidades. Há conformidade com as metas

ambientais, justamente como mencionei, essa questão das emissões e a geração e desenvolvimento de novas oportunidades onde essas unidades são implementadas, dado que as características técnicas necessárias para a implementação disso requerem mais pessoas.

Então só como exemplo a gente, ao desenvolver e buscar as tecnologias para serem implantadas no município, verificamos diversos locais e aplicabilidade, se realmente não existe impacto ao entorno, se realmente era adequado para um município como São Paulo e a gente foi visitar. E eu vou mencionar alguns exemplos, como Barcelona, na Espanha, onde se verifica que esse ícone vermelho está muito próximo da cidade e na foto se vê que não há impacto dessa unidade de segregação, desse ecoparque, que tanto segrega resíduos quanto faz a aplicação da energia térmica para a conversão e não há impacto nem visual, nem das redondezas, justo que a cidade está próxima de que tanto se agrega resíduos quanto faz a aplicação da energia térmica para conversão. Não há impacto nem visual, nem nas redondezas, justo que a cidade está próxima e é uma unidade já de 30 anos. Essa unidade de Mataró, como eu mencionei, a questão de conscientização ambiental é muito presente. Os equipamentos são todos enclausurados, como exemplo nessa figura da esquerda. Ela mostra o resíduo como é disponibilizado na unidade depois que é tirada a parte de recicláveis. Finalmente, o que é queimado é o que resta de cinza, que eventualmente vai ter uma disposição em aterro. Então essa figura deixa muito claro o que é a sugestão, o que se pretende fazer. E ali, como está todo enclausurado, você não vê os equipamentos que são utilizados para segregação de resíduos. A parte de tratamento da fração biológica também toda enclausurada fechada.

Aí CopenHill e Copenhagen, na Dinamarca, eu não vou conseguir mostrar para vocês. Aliás, será que dá? Não, não dá. Na realidade, Copenhagen, esse com o vermelho é a unidade de CopenHill que faz incineração dos resíduos na Dinamarca. O Palácio Real da Dinamarca, que é um reinado, fica a menos de um quilômetro dessa unidade e o Opera Hall deles, que é super conhecido, também fica uma distância muito curta. Então a unidade é totalmente inserida no meio daquele município, justamente por prover a solução de parte dos resíduos que são gerados naquela região. Então, dentro da unidade, como vocês veem, é um

conceito totalmente industrial de como isso é feito. Desta forma, você tem toda a segurança do que é tratado naquele ambiente e é seguro. Então você vê que é tudo enclausurado, tudo fechado. Quando você percorre essa unidade, não há qualquer odor, os ruídos são muito baixos, tudo é tratado dentro da unidade, da mesma forma, como Mataró, há dentro da unidade locais para trazer escolas, para trazerem pessoas, justamente para fazer essa conscientização, para fazer essa evolução do conceito de gestão de resíduos e de aproveitamento desses materiais.

Outro local, Lisboa, Portugal, fica ao lado do Tejo a unidade de tratamento de resíduos que possui essa unidade de queima e muito próximo a de São João da Talha, ao lado de Lisboa. É uma tecnologia segura para ser empregada e hoje ela é utilizada muito próximo das cidades. E, Paris, França, como o último exemplo, bem em cima da foto, vocês podem verificar o ícone da torre Eiffel. Essa unidade fica a quase só dois quilômetros da torre Eiffel. Então o município, Paris, que é um dos municípios mais visitados do mundo, com maior visitação, turismo, existe uma unidade de incineração no ponto mais visitado do mundo que é a torre Eiffel e muito próximo do Louvre. Então é para identificar que esse tipo de tecnologia com os avanços que foram incluídos ao longo do tempo é totalmente possível de ser aplicada dentro dos grandes centros urbanos. E aí a cara de Isséane do lado de fora, uma foto de dentro da unidade que a gente tirou, da mesma forma, a mesma cara, o mesmo perfil industrial de tratamento.

Então, dessa forma, de onde surgiu o exemplo e como a gente vai aplicar isso no agrupamento sudeste do município de São Paulo. Só para mencionar a Ecourbis possui sete unidades operacionais. A gente trabalha no município de São Paulo desde 2004. Somos responsáveis por seis milhões de habitantes atendidos e nós recebemos para tratamento cerca de 6700 toneladas de resíduos por dia. Então o contrato, como Mauro bem aportou, eu vou passar muito rápido para gente, para Prefeitura montar e requerer da concessionária o que deve ser feito para esse novo ciclo, que envolveu tanto o Planares que é o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, é uma lei federal e essa lei federal exige metas tanto para a questão de quanto resíduo você pode destinar para aterro nos próximos 20 anos. O quanto o resíduo você tem que reciclar aqui a meta 4, nos próximos 20 anos, o resíduo, a fração orgânica, o quanto você precisa tratar

dessa fração que você vai separar e, por fim, o quanto você vai tratar e gerar, utilizando essa tecnologia de queima, que é a recuperação energética, também está previsto na legislação. Em contrapartida, como Mauro abordou, eu vou passar de maneira sucinta, o PlanClima, que é o plano de clima do município, que também aborda todo esse objetivo de redução do que é destinado para aterro, os ecoparques. Tudo isso foi abordado no PlanClima.

O PGRS, que é o plano geral de gestão de resíduos municipal - de resíduos sólidos -, que também visa a redução de aterros sanitários, a ampliação da logística reversa e a educação ambiental.

Tudo isso deriva para 2 braços principais que são: a valorização energética daquilo que não é passível de ser reciclado; e, de outro lado, claro, tudo o que envolve a reciclagem e a recuperação de materiais.

Foi dentro desse quadro geral que todo novo plano de resíduos sólidos da gestão municipal se focou para realmente virar a página no campo da gestão e tratamento dos resíduos do Município.

Então as definições como premissas dessa nova proposta são, claro, como mencionei: o levantamento das tecnologias, de como elas são aplicadas no mundo hoje, e isso envolveu a visita às plantas de tratamento com a discussão entre as partes envolvidas, sejam órgãos internacionais, seja a própria Prefeitura, e também fornecedores, no sentido de como essas tecnologias poderiam ser introduzidas no Município, dado o perfil do Município de São Paulo.

Daí, para vocês terem a ideia de como isso vai mudar, o mapa que apresentado indica como é a gestão de resíduos hoje. E aqui eu não menciono o que é coletado de maneira seletiva, é só o que é coletado e destinado diretamente para aterro. Atualmente, então, coletamos cerca das 6.690 e, praticamente, tudo é destinado para aterro sanitário do Município. Assim, com essa inclusão, vão ter diversas áreas, dois ecoparques, e quanto à previsão, menciono o aumento da quantidade de resíduos realmente recuperados pela coleta seletiva, aliás, são metas que a Prefeitura introduziu no novo modelo de gestão.

Portanto, tudo isso muda, realmente, o paradigma de uma gestão de resíduos que, praticamente, só consumia e destinava esses resíduos para outro patamar, o de verificar como podemos reaproveitá-los em toda uma gestão diferente de tratamento.

Como mencionei, esse gráfico mostra todas as regiões do mundo com os índices de tanto quanto se faz de tratamento térmico, quanto de reciclagem, seja da parte da fração seca, quanto da fração orgânica, e também o quanto é utilizado de aterros sanitários ao longo de diversos países, no mundo. (Pausa) Desculpe.

Você pode verificar que o Brasil ainda está muito carente de novas tecnologias, sendo que nele - conforme divulgado - quase metade dos resíduos nem para lugar apropriado vão.

O Leste Europeu está, claro, com todas as dificuldades, muito atrasado nisso ainda: praticamente só usa aterro. E conforme você vai evoluindo para a esquerda, no gráfico, quanto mais o país tem recursos, mais utiliza tanto o tratamento térmico quanto a recuperação. Como exemplo máximo: a Alemanha e o Japão destinam, praticamente, 1% ou menos de 1% de resíduo para aterro. Por quê? Porque além da recuperação dos materiais recicláveis, a coleta seletiva, eles recuperam até as cinzas do que é queimado. É esse tipo de caminho, claro, não faremos isso porque é parte da solução – estamos iniciando -, mas São Paulo posso mencionar... (Pausa) Ah, estou para o outro lado, não vai aparecer nunca, desculpem, é não apareceu aqui; não está evoluindo agora.

Dá um “esc”, por favor.

São Paulo, vou mostrar depois, eu saliento São Paulo ali no meio... Sobre o Brasil eu falei: quase metade vai para destino inapropriado; São Paulo com o Planares - que é o pretendido - fica com 20% dessa parte de recuperação energética; 44% de recuperação; e só 36% para aterro; é que depois ele ressaltava. Pare de compartilhar e volta, acho que, talvez, ele destrave, deixe eu ver, não sei se terminou...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Só a título de informação. Desejo só informar: essa audiência pública é transmitida de forma *on-line*, então, a quem está nos acompanhando

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 15 DE 39

pelo *YouTube* ou pelo *Facebook*, que estamos recuperando, restabelecendo a tela da apresentação da empresa Ecourbis sobre o ecoparque. Então assim que restabelecer. (Pausa)

O SR. EDNEI RODRIGUES SILVA – Pronto. Agora ok.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Prosseguindo a audiência pública.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDNEI RODRIGUES SILVA – Pode avançar. Então, falando sobre o Ecoparque Leste, que é o motivo de toda essa discussão, vamos explicar. O que é o Ecoparque Leste? Seguinte, por favor.

Como mencionei, o que é previsto nessa área é: tanto a parte de segregação mecânica, esse tratamento da fração orgânica, quanto a recuperação energética; o espaço para novas tecnologias; um centro de treinamento, que é muito importante, pois verificamos em outros locais – portanto, o centro de treinamento técnico e ambiental; e um parque de uso público.

Então, ali está a região; o aterro é o que está mais está em vermelho, essa etapa 2 e etapa 1, que seriam o ecoparque.

Então, o que está previsto nessa área é o parque público, em verde, o número 1; viveiro de mudas, que é mais ao fim do parque; centro de treinamento ambiental, espaço para novas tecnologias; área para biossecagem, que é esse tratamento da fração orgânica, e o 6, unidade de tratamento energético.

É importante mencionar que o que se pretende é que o aterro sanitário só receba só os rejeitos depois do processamento de todos esses resíduos, o que atende plenamente a hierarquia estabelecida no Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Tudo o que está previsto está alinhado com as melhores práticas de gestão já utilizadas em países que possuem avançados sistemas de gestão ambiental, como eu comentei e incorpora a fração recuperável dos resíduos como matéria-prima ou para uso para processos de geração de energia. Dessa forma, a Prefeitura de São Paulo sai de um conceito de economia linear, que é aquele que a gente produz, consome e depois, infelizmente, dispõe, para um conceito de economia circular, em que há preocupação de toda a recuperação dos materiais, de reciclá-los, de enviá-los para a indústria

e, depois, para a reutilização.

Para concluir, agradeço a palavra ao Vereador Fabio Riva e a oportunidade de aqui dizer um pouco do que se pretende fazer nos próximos anos na Prefeitura de São Paulo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado pela apresentação.

Dando continuidade às apresentações, tem a palavra o Sr. Luis Sergio, engenheiro geotécnico da Ecourbis.

O SR. LUIS SERGIO AKIRA KAIMOTO – Bom dia a todos. Tudo o que o Ednei mostrou e detalhou do projeto do Ecoparque Leste está previsto pela Prefeitura de São Paulo. Fica claro que esse é o estado da arte de todas as tecnologias, muito antes de eu falar até como engenheiro geotécnico especialista em resíduos e meio ambiente. O Ednei já examinou todas as melhores alternativas dos sistemas de controle, de mitigação *etc.* do mundo, ou seja, oferecendo absoluta segurança no que está sendo proposto.

Como consultor do Banco Mundial e de vários órgãos ambientais, como a própria Cetesb e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Ibama, atualmente eu atuo em 24 das 27 unidades da Federação pelo banco em vários países e continentes e hoje estou tendo o privilégio de estar aqui como um legítimo paulistano. Inclusive eu gostaria de relatar que o município de São Paulo me acolheu de forma extremamente generosa desde a infância, já órfão. Esta cidade me permitiu o direito de sonhar com um futuro após ter passado uma situação de fome extrema. Há 35 anos eu atuo diretamente pela Prefeitura de São Paulo em vários serviços, desde canalização a obras de risco e reurbanização de favelas; 33 deles especificamente em resíduos. Como paulistano e como técnico nessa área, tenho muito orgulho disso.

Quando se fala em resíduos e meio ambiente, São Paulo sempre foi o carro chefe do País. Apesar de estarmos tratando do futuro, São Paulo construiu um passado que edificou as melhores tecnologias disponíveis no mundo. Isso eu falo com muito orgulho e com muita segurança. E com isso, a própria CTL, que nasceu com o São João, em 1992, foi palco e foi responsável pela recepção, até hoje, de cerca de uns 84 milhões de toneladas de resíduos

gerados pela população de São Paulo, mais de 6 milhões de habitantes, por todos esses 32 anos, de uma maneira absolutamente segura e responsável. Esse é o aterro São João, que se encerrou em 2007. Além do aterro São João, já se teve... A Prefeitura já planejou, em 2003, a sua ampliação. E não é somente ampliação geográfica, é continuidade de todos os serviços, de todas as atividades exemplares no país como um todo – que, no fundo, foi a base de todas as normas técnicas, legislações, que foram surgindo ao longo desse período.

Na segunda etapa, então, a CTL, que foi implantada na área imediatamente contígua... A CTL – então - São João e a CTL... E, por fim, o projeto de junção de um maciço com o outro. E, nessa junção, nesse sentido, é que se permitiu que essa unidade garantisse a segurança ambiental, a segurança de saúde pública para toda essa população. O município de São Paulo, com o seus 12 milhões de habitantes, gerando cerca de 13 mil toneladas por dia, ele abarca cerca não só de mais de 5% de toda a população do país, mas também cerca de 5%... 7%... 5 a 6% de todos os resíduos gerado sem todo país. E a região metropolitana, da ordem de 12 a 14%.

Por fim, o projeto de junção de consolidação do São João com a CTL. E a próxima fase é justamente a ampliação, que já está em licenciamento, que já estava prevista pela prefeitura de São Paulo, com o decreto de utilidade desde 1989. No que a gente está chamando de fase seis, que seria a última fase. Mas essa fase seis, a partir do momento em que ele esteja associado ao ecoparque, ele deixa de ser uma unidade de simples destinação final dos resíduos. Mas ele vai ser o responsável pela segurança de acomodar todos os rejeitos que vão advir dos complexos tratamentos, que o Ednei já exemplificou, tanto de separação mecanizada, triagem, compostagem, etc., ao longo do tempo. A unidade contempla não só o maciço sanitário, mas uma série de infraestruturas. Unidades, inclusive de divulgação, porque tudo que é feito, e foi feito no município de São Paulo, são exemplos. E esses exemplos têm que ser colocados a público.

Muitas vezes a população não sabe o esplêndido trabalho, o trabalho seguro que é efetivado. Muitos cidadãos imaginam que a sua responsabilidade se encerra no instante que ele

põe o saco de lixo na sua soleira. E é aí que começa a grande missão, a enorme missão. E essa unidade... Eu vou dar... Os exemplos que eu estou mostrando são justamente aqui da CTL, da prefeitura de São Paulo. Todas as superfícies que possam vir a estar em contato com qualquer resíduo, com qualquer subproduto dessa disposição, ele é totalmente impermeabilizado, não só por camadas de argila impermeável, uma proteção mineral, mas também com mantas de polietileno expandido de alta densidade, que gera uma segurança múltipla.

Para todos os aspectos ambientais, solos, águas e assim por diante. E isso é feito plano a plano, em todas as superfícies. E vários desenvolvimentos, que também ingressaram nas normas de impermeabilização, – a GM 13, a nível mundial, e as normas brasileiras - nasceram aqui. O primeiro ensaio com tubos de polietileno de alta densidade para drenagem de chorume foi desenvolvido nessa unidade, e foram feitos ensaios nos Estados Unidos e homologados dessa maneira.

Na base do aterro está sob todo esse potente sistema de proteção. Implanta-se, então, sistemas de captação dos efluentes líquidos e nascem, disparam os poços verticais que se encarregam de não só fazer com que os líquidos desçam, como o biogás vá para a superfície. A qualidade da operação é de tal maneira que todos os resíduos que são coletados - são sete mil toneladas por dia que chegam nessa unidade - sejam imediatamente recobertos após compactação, tratamento e assim por diante, de tal maneira que ele cria um ambiente totalmente anaeróbico, ou seja, o lixo fica totalmente confinado, sem qualquer contato com a atmosfera, sem qualquer ar, e com isto se permite que metade desses resíduos se convertam em gases e líquidos. É uma digestão. O melhor exemplo de digestão anaeróbica é o nosso corpo humano.

Ou seja, ao invés de deixar um passivo, essa matéria orgânica é convertida, ele gera líquidos que são totalmente captados e tratados e gera efluentes gasosos. Isso a cada uma das camadas, o líquido é captado e o gás é drenado, escoado para a superfície de tal maneira que nessa condição ou ele é queimado mitigando qualquer impacto local e, mais ainda, por bônus, ele deu oportunidade de se implantar todo o sistema de captação desse biogás e esse biogás que é gerado ao invés de gerar problemas nas imediações, problemas climáticos, etc., ele é

conduzido para unidades de geração de energia elétrica e outras unidades que já tem aqui na CTE de conversão para biometano. Ambos - energias e combustíveis - limpos e renováveis.

Então, eu diria o seguinte, do ponto de vista ambiental, é o sistema mais perfeito que existe. Ele transforma algo que poderia ser poluente em combustíveis limpos e renováveis. E, mais ainda, é uma ação que permite uma dupla descarbonização. Com todos os eventos climáticos que estão batendo à nossa porta todos os dias, do Sul ao Norte do país, no fundo, além de ele mitigar os impactos dos gases, gerar energia elétrica e gerar um biocombustível, ele evita que várias unidades consumam combustíveis fósseis. Então, portanto, isso é um exemplo a ser seguido.

Mas tudo isso tem que ser monitorado. Então, o empreendimento e toda essa boa conduta, toda essa segurança, é continuamente monitorado - todas as águas, a qualidade do ar, a qualidade do solo e a qualidade do bem-estar de todo o entorno.

Bom, já indo então para a sequência construtiva, a junção do aterro como um todo de tal maneira que aquilo que eu falei são os exemplos das unidades de queima do biogás. Eles são queimados em queimadores de *flares*, é a tecnologia mais desenvolvida do mundo. Mas ao invés de queimar, ele já é encaminhado para gerar energia elétrica e biocombustíveis.

Por fim, então, temos um conjunto de soluções, que é justamente a fase 6, que já estava prevista desde é 1989, com o decreto de utilidade pública, mas de agora em diante, e dando a continuidade e falando do futuro, conjugado a todas as tecnologias previstas no ecoparque. Com isso, tem-se a oportunidade de fazer com que, primeiro, a Prefeitura de São Paulo continue sendo protagonista das melhores tecnologias, seja o carro chefe do ponto de vista de exemplo técnico, tecnológico e de responsabilidade no meio ambiente, no país e no mundo.

Diante dessa situação, na conjunção da CTL, com essa nova fase e mais o ecoparque, ele daria uma sobrevida de, no mínimo, até 2047, só com a primeira fase do ecoparque. Mas mais que isso: ele gera autonomia e a segurança para a população de São Paulo em uma unidade que é do Município.

Matéria AUD 148/2024. Documento assinado digitalmente por LEONARDO DE CARVALHO em <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbriuDocumento?pID=566794>.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 22

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 21 DE 39

de Araújo, que é uma escola onde eu voto hoje, a grande maioria das crianças que frequenta essa escola passa perto do pontilhão. E esse pontilhão, se vocês depois forem dar um *Google*, não tem segurança alguma, não tem base alguma. É uma ponte extensa, por onde as crianças vão para a escola e voltam para suas casas. Ao fazermos esse percurso, conseguimos ver que tem um rio que passa embaixo e que tem diversos entulhos. A gente sofre com matos, lixo. Então, eu gostaria de entender quais são os benefícios que a gente vai ter com isso. Além do posto de saúde, em que não encontramos um medicamento, em que é constante a falta, em relação ao transporte público, não precisamos nem citar aqui. Infelizmente, o Subprefeito de São Mateus não esteve presente. Fazemos as reclamações através do 156 e eles nos retornam dizendo que aquela rua não é cadastrada na subprefeitura. Então, assim, para fazer uma obra desse tamanho, o bairro serve, abre as portas, mas a gente que mora ali sofre com a questão do ar, que é horrível. Chove, fica aquela lama seca, depois passam aqueles caminhões com toneladas de lixo até o aterro. Então, assim, quais são os benefícios que vamos ter? O que vamos ter de melhorias. Sofremos com constantes enchentes que chegam até à porta do próprio aterro. Têm famílias que, até hoje, não conseguiram se reconstruir da enchente do ano passado. Temos os percursos dos rios, com lixo constante. Muito mato na região. Têm percursos que nem conseguimos fazer mais. Temos de desviar do caminho.

Então assim, é muito lindo, as imagens, mas eu quero entender o que a gente vai ganhar com isso. Como moradora do Bairro Recanto Verde do Sol, eu moro do lado do aterro que vai ser ampliado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Mariana. Importante o seu relato, estava convidado hoje o Subprefeito Roberto Bernal de São Mateus, vi que uma boa parte das suas reivindicações trata de zeladoria, de obras públicas. A Comissão vai encaminhar a sua fala, já vou deixar registrado mesmo na audiência pública, depois se você puder deixar o seu contato, a gente vai encaminhar para o Subprefeito da região. Muito obrigado.

Continuando as falas, Sr. Lutembergue Nunes Ferrequete, do Sindicato dos

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 22 DE 39

Químicos de São Paulo.

O SR. LUTEMBERGUE NUNES FERREQUETE - Bom dia, primeiro eu quero cumprimentar a Mesa, o pessoal que está nos assistindo presencialmente e *on-line*. Nós temos uma geração de quase sete mil toneladas de lixo, e atende a 19 subprefeituras pelos dados que temos.

Agora, foi falado pela Mesa, São Paulo tem 12 milhões de habitantes. São Mateus tem quase 1 milhão, ou seja, quase 10% da população mora em São Mateus, certo? E a preocupação, também foi falado pelo engenheiro sobre monitoramento. Isso é de extrema importância.

Agora, por que não existe monitoramento? Monitoramento hoje, estou falando hoje. O que a companheira que me antecedeu falou é de extrema importância e não é só na questão de obras, não. Em São Mateus é lamentável ter um projeto como esse, de uma envergadura desse tamanho e a população sem saber de nada.

Então, eu cobro assim, em São Mateus é envolver a Secretaria de Saúde. Precisamos buscar as doenças que São Mateus tem hoje por causa do ar, nós temos asma, pneumonia, bronquite, bronquiolite e por aí vai até a tuberculose.

E durante anos, e ultimamente nós não vemos um trabalho que era feito para pelo menos molhar o piso lá em São Mateus. A Ecourbis abandonou isso aí, você vê de vez em quando, quando tem reclamação, um caminhão pipa passar molhando próximo. Aí fica a preocupação para a população.

A Secretaria do Verde e Meio Ambiente, qual é o papel dela no desmatamento que vai ter? É um projeto que vocês estão apresentando aqui, muito bonito, mas vago. Tem muitas coisas para a gente debater e é junto com a população. Nós precisamos debater. Vocês têm conhecimento das enchentes naquela região?

Nós tivemos uma enchente no Natal do ano passado e até hoje há famílias passando por processo de dificuldades, famílias que perderam tudo. Perderam até o arroz e o feijão que estava no armário. Essa é uma cobrança para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 23 DE 39

A desapropriação que vai ter. Qual é o tamanho, quantas famílias estão envolvidas nesse processo? O que a Prefeitura vai apresentar para amenizar a perda do seu lar. Essa é uma questão, ou vocês vão dar o Bolsa Aluguel, 400 reais para o cara alugar um espaço?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Seu tempo já...

O SR. LUTEMBERGUE NUNES FERREQUETE - Não, mas deixa eu terminar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - O senhor precisa concluir, são três minutos para todos.

O SR. LUTEMBERGUE NUNES FERREQUETE - E aí como o nosso engenheiro falou, que tem que ter monitoramento, por que a gente não vê, engenheiro, um investimento maior na educação de reciclagem, entendeu?

E para terminar, eu queria falar muito mais, o projeto é lindo, mas é vago. Estão faltando muitos componentes aí.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Essa é a primeira audiência pública, nós vamos ter mais uma.

O SR. LUTEMBERGUE NUNES FERREQUETE - Sim, o projeto é lindo. Vocês acham que o resíduo produzido nesses países que vocês apresentaram é o mesmo produzido aqui no Brasil?

Obrigado, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Lutembergue. Obrigado pelo cumprimento do tempo.

A próxima escrita a Sra. Dulce Alves de Andrade, do instituto Chico Mendes.

A SRA. DULCE ALVES DE ANDRADE – Bom dia a todos. É um orgulho participar desse momento, porque eu trabalho numa cooperativa de reciclagem chamada Chico Mendes, na zona Leste, e participo em São Paulo inteiro, junto a outras cooperativas.

O Ednei acabou dizendo do cuidado que a Ecourbis está tendo com o rejeito, que é tudo aquilo que não serve para reciclar. E a gente rejeita porque esse material não tem destino

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 25

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 24 DE 39

de venda, então a gente manda de volta.

Outra questão muito importante também, para a Prefeitura de São Paulo saber, é que as cooperativas de reciclagem de São Paulo têm um trabalho tão importante, mas que não é valorizado. O pessoal que trabalha nas cooperativas não recebe nenhum tostão pelo seu serviço.

O que acontece? Eles retiram o que dá para aproveitar daquele material que vem e é comercializado só o que eles aproveitam. Por conta disso, o rateio deles é muito baixo. “Ah, mas vamos aumentar os cooperados nas cooperativas para poder aumentar a produção da reciclagem”. Sem pagar? O pessoal não vai trabalharão, não; só vai trabalhar, se pagar. Então, as cooperativas estão sempre defasadas, faltando gente para assumir o trabalho.

Outra coisa, a cidade de São Paulo ainda não sabe o que é reciclar, não. Os caminhões têm obrigação de coletar o material e levar para as cooperativas, mas quando chega lá que joga aquele material no chão, é mais lixo do que material.

O César disse que a pessoa pega, bota tudo num saco, põe fora da sua porta e acha que o problema está resolvido. Mas é ali que o problema começa. Cada um tem que cuidar do seu resíduo e dar o destino certo para ter resultado, porque não adianta condenar a Ecourbis, não adianta condenar as cooperativas. É uma coisa muito séria, o lixo está na rua, entra nos bueiros e, quando chega a chuva, para onde vai a água? Para a casa mais próxima? São questões muito sérias que a Prefeitura precisa olhar com atenção. E estou feliz com a presença do Hélio, que eu acho que ele defende essa causa também. Isso é muito bom.

A gente quer mudança, quer melhoria? Ele falou da tecnologia toda para fazer o serviço. Claro, isso é muito bom, mas a gente precisa melhorar o outro lado de quem não tem voz.

Anteontem nós tivemos uma reunião com o pessoal lá da das megacentrais e ali teve uma história triste de várias cooperativas que sumiram do ar. Existiam, foram capengando, foram rolando, chegou uma hora que fecharam as portas e o povo lá ficou jogado. É uma coisa muito triste.

Eu estou na cooperativa acompanhando essa vida do povo que faz coleta seletiva desde 1999, e hoje eu vejo assim: “Meu Deus do céu, mas ninguém aprendeu nada, até agora?”

Por exemplo, nós, da Chico Mendes, fazemos palestras voluntárias em todas as escolas da região.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – A senhora pode concluir, dona Dulce, por favor, por conta do tempo?

A SRA. DULCE ALVES DE ANDRADE – Sim.

Liga para a SP Coopera: “Ah, nós precisamos de alguém para vir fazer educação ambiental”. “Ah, mas tem que chamar a cooperativa”. Tá bom, pode chamar a cooperativa; mas ela não recebe nada para fazer isso.

Gente, nós estamos num mundo que não existe. Aí vai um professor fazer um projeto para ganhar algum dinheirinho falando de educação ambiental. Não muda nada, porque nem as professoras fazem, nem elas separam em casa.

Gente, eu quero dizer que os equipamentos são necessários, todos queremos a melhoria, e eu acredito, mas vamos melhorar a situação do todo.

Tem leis de pagamento por prestação de serviço. E cadê essa lei que não aparece? Ninguém assume o seu papel. Difícil.

O Dr. Paulo está ali, não é, Dr. Paulo? Vamos ver o que nós podemos fazer.

Tá bom, gente? Eu espero que da próxima vez eu tenha a voz melhor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado pela contribuição.

A SRA. DULCE ALVES DE ANDRADE – Ah, eu queria completar uma coisinha.

A Ecourbis sempre faz trabalho de educação ambiental: os professores são convidados para ver os problemas, para entender que todo mundo é responsável por fazer a sua coleta seletiva, separar as coisas e mandar para o lugar certo. Mas ainda não chegou no que nós queríamos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Mas nós vamos chegar, com fé em Deus.

A SRA. DULCE ALVES DE ANDRADE – Mas vamos chegar.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – O próximo inscrito é o Sr. Amilton Clemente Alves, liderança da região.

O SR. AMILTON CLEMENTE ALVES – Bom dia a todos e a todas que compõem a Mesa, ao Sr. Presidente.

A questão do lixo é um tema bastante complicado.

Antes de 2004, as concessões eram de quatro anos, e passava muito rápido, as concessionárias não conseguiam sequer ter abertura para dialogar sobre os problemas.

Em 2004, passaram para 20 anos, porque, estendendo o contrato, seria uma maneira de as concessionárias terem mais tempo para fazer as suas devidas responsabilidades e os seus planejamentos. O tempo passa, São Paulo tem dificuldade de lugar para construir os seus aterros, e, infelizmente, a nossa região de São Mateus ainda tem esses espaços.

A nossa preocupação maior não é com a implantação dos aterros, a nossa preocupação é de fato com a região, como disse uma moradora. Nós temos, em fase de construção, o Parque da Nascente do Aricanduva, que já está em curso; e, provavelmente, o ecoparque vai emendar. Vai ter, de fato, uma movimentação muito grande. E seria o grande momento de trabalharmos um pouco a questão da mitigação e das compensações locais.

Inclusive, eu peço aos Vereadores, à Câmara, à Prefeitura que está aqui: nada mais justo, já que vai ter uma geração muito grande de energia gerada pela “composição” do lixo, que essa região do entorno fique isenta da sua conta de luz, por exemplo. Se o lixo vai gerar energia, que vai tudo para a rede, vai para a Enel vender para a gente, por que não trabalharmos num projeto junto com a Enel? Aí não é a concessionária, é a Prefeitura. Eu não sei se isso tem que ser projeto de lei ou parceria da Prefeitura com a Enel, mas seria de bom tamanho para a região receber, como forma compensatória, essa isenção nas suas contas.

E na região, naqueles fundões nossos, avançou bastante a questão da regularização fundiária, mas o grande problema de enchente, o grande problema que causa um transtorno à população é a regularização fundiária, é a falta de obras da prefeitura.

Então, SP Regula é importantíssima nesse processo. Ela tem que conversar mais com a comunidade. Um exemplo, nós temos problemas porque têm vários contratos da Prefeitura: a Ecourbis cuida da coleta do lixo; tem outra empresa que cuida do entulho; outra empresa que cuida da poda de árvore. Então, fica difícil para a comunidade saber de quem cobrar.

Essa questão das caçambas, das coletas, então, os loteamentos irregulares acabam não tendo acesso aos caminhões. E causa um transtorno muito grande, porque a própria Prefeitura disse que não faz. O nosso Prefeito de São Mateus disse o seguinte: “não, jamais iria fazer uma abertura, arrumar uma rua de uma comunidade, porque se tratava de áreas invadidas”, que ele não iria mexer em áreas invadidas. Nós sabemos que tem a Lei 13.465 diz que, independentemente da área, seja pública ou privada, que tenha gente morando, é obrigação da prefeitura, do estado garantirem o mínimo de dignidade, pelo princípio da dignidade da pessoa humana. Não é isso, doutora?

E a própria prefeitura - não a prefeitura como um todo, mas a própria subprefeitura - diz que não faz. E as comunidades ficam cheias de ruas esburacadas, o caminhão não sobe para fazer a sua coleta, é obrigado a encher de caçambas próximas das comunidades - aquelas caçambas são um inferno, porque ali é para jogar lixo, mas os o próprio morador acaba jogando bicho morto, moveis uma série de coisas e vira um Inferno.

O pessoal morador em situação de rua, acaba fazendo os seus movimentos, e nós temos esse problema como um todo. Então, o lixo causa tudo isso. A prefeitura precisa aproximar a gente de todas essas questões para a gente ver, de fato, quem é quem, quem é responsável por tal demanda.

Dizem que aterro sanitário, feira livre e cemitério são três coisas que tem que ter na cidade. Como disse, as toneladas de lixo que são geradas por dia têm que ter, mas qual é o problema: ninguém quer na sua porta; ninguém quer feira, cemitério e aterro sanitário na sua porta.

Então, nós vamos ter que ter uma forma melhor para atender a nossa região com a

compensação, a mitigação mais palpável para que o povo se sinta mais acolhido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado, Sr. Hamilton.

Só queria informar a V.Sa., Sr. Hamilton, que a Lei de Regularização Fundiária 13.465/2027, é uma lei federal; e a lei municipal foi votada nesta Câmara, e eu sou o autor.

Eu vejo que vocês estão se mobilizando. É importante se mobilizar, procurar o Subprefeito, levar as demandas para que a gente possa construir com esse novo Ecoparque, com essa ampliação também melhorias na região. Acho que esse é o papel, também, de a gente usar dessa tribuna, desta fala, dessa audiência pública, para que o poder público possa estar muito mais próximo da comunidade. Eu acho que essa é o papel importante de cada um de nós, Vereadores e Vereadoras, desta Casa.

Falando em Vereador, eu queria ouvir, agora, o nosso querido amigo combatente, Vereador Hélio Rodrigues.

O SR. HELIO RODRIGUES - Obrigado, Presidente Riva.

Queria saudar os membros da mesa: Juliana, Mauro Haddad, Edinei e Luis Sérgio. Estou me esquecendo de alguém? (Pausa)

Bom, cumprimento os demais que nos acompanham nesta importante audiência pública, de forma on-line e presencial.

Presidente, eu tenho muitos questionamentos. Não sei seria bom até passá-los, por escrito. Nós teremos outra audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Nós vamos ter uma outra. Acho que, se o senhor quiser depois encaminhar à Comissão, nós repassamos tanto para SP Regula como para Ecourbis, e, na audiência pública devolutiva, na segunda audiência pública, eles podem esclarecer melhor.

O SR. HELIO RODRIGUES – Pode ser. Acho mais interessante para não ficar cansando aqui, pois o tema é longo. Eu vou passar para vocês.

Eu sou vereador. E vereador tem que cumprir o papel de vereador, que é de questionar, trazer especialista para poder nos ajudar a fazer uma reflexão. E eu queria falar como vereador e como uma pessoa que foi criada em São Mateus, tem toda a sua família e história lá. Os meus pais e meus irmãos estão todos lá, inclusive o meu pai, que vai fazer 93 anos no mês que vem. Também sou da indústria, sou técnico em plástico.

Falou aqui o Lutembergue, que é um trabalhador da Nitro Química, uma empresa de química básica importantíssima do município de São Paulo. E sobre São Mateus, Presidente Riva, você sabe disso, aqui tinha até uma CPI importante sobre o Polo Petroquímico, que fica não em São Mateus, mas na divisa de Mauá e Santo André, que tem problemas com o *flare*, quando é acionado. Lembro que o *flare* é acionado por uma questão de segurança, no caso do Polo Petroquímico.

Eu achei muito interessante a apresentação, Presidente, e respeitando as pessoas que apresentaram e pedindo compreensão, mas nós precisamos ter mais dados. Esse projeto entrou na semana passada, eu votei contra em primeira porque eu não tenho esclarecimento sobre ele. Eu estou na indústria há 40 anos, eu sei que é um processo industrial e os problemas que ocorrem.

Tudo bem, eu até fiquei emocionado com o ecoparque, do lado do Museu do Louvre. Nós podemos ter um no Centro também, que não vai ter problema nenhum. Podemos tirar lá de São Mateus e colocar no Parque do Ibirapuera, perto da elite paulistana, porque nós não vamos ter problema. Nós sabemos que isso tem problema. Nós sabemos que tem problema porque diversos processos vão se apresentando, porque o clima aqui é diferente, e outras condições que vão se apresentando. Nós vamos ter problema.

Em resumo, Presidente, eu acho que... E tem também uma janela de oportunidade para discutirmos isso. No final do ano passado, eu fui perto da casa da minha mãe a uma missa, que não ocorreu porque teve uma enchente. E essa enchente até hoje tem um problema, e é colado, Presidente, do lado ali do aterro, dessa parte que vai ser ampliada. Então, primeiro, ninguém quer, inclusive isso é verdade, que as pessoas, os moradores do entorno, amanheçam

com pilhas de lixo entulhados na porta.

Eu acho que a Dulce falou uma coisa importante, a educação ambiental falta muito e é compromisso de todo mundo. Eu separo o meu lixo, tenho composteira, mas ainda percebemos que as empresas que coletam não conseguem dar esse tratamento e um destino final para ele.

Nós teríamos que articular um trabalho com os catadores do município de São Paulo, porque são muitos catadores que podem fazer esse trabalho também em conjunto, que é o que está, Presidente – vou encaminhar –, no contrato com as concessionárias de limpeza, que não cumpriram boa parte dele. E nós queremos que cumpram.

E que possamos ter a governança da população sobre isso, que esses espaços possam ser lugares onde o público possa fazer parte da vigilância. E realmente não está acontecendo.

Eu vou citar só o exemplo de uma empresa. Eu sou presidente do Sindicato dos Químicos ainda, e a Sherwin-Williams está no grau de risco 3, porque ela trabalhava no processo de fabricação de tintas com *thinner* e solventes. E um dia fui chamado lá e falaram: “Olha, nós precisamos baixar o grau, porque agora o nosso solvente é água. Você anda no ambiente e não tem mais cheiro”. Eu falei: “Eu não vou fazer isso, porque vocês estão no grau 3 e tem uma tributação. Não vou conversar sobre isso”.

Então é uma janela de oportunidades que temos para poder trabalhar essa melhoria, mas tem que ter participação popular. Não dá para poder falar que vai ficar tão lindo como estão falando sem termos essa participação.

Nós estamos tratando, e aqui está a Secretária do Meio Ambiente, de uma área muito grande, onde tem de 5 a 12 nascentes da bacia do Aricanduva que vão ser afetadas. Nós precisamos discutir realmente a compensação ambiental, que não é plantação de mudinha não. Nós temos de discutir o ecossistema que será afetado e como nós podemos recuperá-lo.

Então, Sr. Presidente, eu vou deixar o debate mais profundo para a nossa segunda audiência pública. Falar que quero conhecer melhor esse projeto, não descartando os avanços tecnológicos, não descartando nada, mas nós precisamos saber para ter governança sobre isso.

Eu tenho certeza de que a agência reguladora lá de Paris é muito poderosa, para poder acompanhar diuturnamente o que acontece naquela usina.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado, Vereador Hélio Rodrigues

Quero também registrar presença do Vereador Alessandro Guedes. Vereador Alessandro quer fazer uso da palavra, uma saudação?

O SR. ALESSANDRO GUEDES - Presidente Fábio Riva; nobres Colegas; Vereador Hélio Rodrigues, todos os membros da Mesa, às pessoas interessadas nesse tema importante para a Cidade, que chegou aqui para tratar de um problema que a Cidade tem, que toda grande metrópole tem, que é a destinação do seu lixo. Mas que também trata de um processo intenso e necessário de debate com a sociedade, principalmente com a sociedade afetada pelo ônus de sofrer por ter de receber o lixo da Cidade como um todo no seu território, no seu bairro.

No caso de São Mateus, o Vereador Hélio falou bem quando afirma à necessidade de um debate aprofundado sobre esse tema. Ninguém aqui tem a responsabilidade de entender que nós precisamos discutir uma ampliação, há necessidade de ampliação. Nós precisamos fazer esse debate com as pessoas para que encontremos formas, para que possamos contemplar, pensar numa forma de contemplar aquele território por sofrer esse dano.

Falou-se sobre o Polo Petroquímico, um polo que agride aquela população de São Mateus. Eu fui presidente da CPI que investigou esse caso e tiramos diretrizes importantes para que a Prefeitura, para que a Secretaria da Saúde, monitore, daqui em diante, todo processo que acomete às famílias daquela região, daquele distrito, e para poder acompanhar a evolução ou não de uma doença de maneira mais técnica, científica, será feita pelo poder público. Mas além desse dano quanto à questão do Polo, a poluição gerada, essa questão toda, nós temos outro problema em São Mateus, que é o aterro sanitário, e nós não vemos compensação para São Mateus. São Mateus é um dos bairros mais pobres de São Paulo, é um dos bairros que tem mais favelas em São Paulo. É um bairro que é muito difícil, é duro, para discutir uma regularização fundiária. E para conseguir uma pavimentação de rua, é também uma questão muito difícil e dura. E é num debate que temos, que podemos pensar sobre o povo de São Mateus enquanto

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 32 DE 39

bairro, enquanto território como um todo - Cidade Tiradentes, Jardim Palanque – porque é sempre uma oportunidade de encontrarmos formas de compensar àquele mal necessário, e que possa servir também à população da Cidade como um todo, de uma forma responsável pensando na evolução da região.

Sr. Presidente, o nosso mandato tem uma atuação muito intensa em São Mateus, tem dialogado com as lideranças locais, tem dialogado com as pessoas da região e iremos acompanhar de perto para que possamos garantir que o bairro seja contemplado e não apenas sofra o ônus de receber ampliação do aterro.

É isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado, Vereador Alessandro Guedes.

Eu queria, antes de passar às respostas, fazer algumas considerações rápidas.

Primeiro, me ater ao projeto de lei que, na verdade, faz uma modificação no PDE alterando o zoneamento daquela região para implantação depois de todos os licenciamentos. Então, quando se discute a compensação dentro do projeto, vai ser numa outra etapa à aplicação automaticamente da alteração no PDE, no Plano Diretor Estratégico, e efetivamente à compensação também trata da questão da legislação. Então, é pertinente toda essa preocupação com o entorno.

Estou vendo aqui o Paulinho de Perus, Perus sofreu isso durante muitos anos. E nós estamos recuperando com investimentos cada vez mais o território. Uma obra no Ribeirão Perus, que foi prometida lá atrás, nós conseguimos com o Prefeito Ricardo Nunes, e a obra está em andamento, é um córrego que enchia naquela região.

Então, hoje, eu acho que inauguramos com essa audiência pública, alguns compromissos da sociedade com o poder público, e eu acho que essa é a melhor interlocução, quando você tem uma obra dessa envergadura do ponto de vista socioambiental. Eu acho que não é só falar do meio ambiente, mas nós temos que falar do problema socioambiental, aquilo que associa tudo aquilo que a sociedade clama, inclusive para investimentos na região, além

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 34

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 33 DE 39

daquela obra, desse investimento, desta planta importante que foi aqui esclarecida. Então só queria abrir esse ponto.

Esta é uma primeira audiência pública. Nós vamos ter na próxima semana, salvo engano, uma segunda audiência pública, até a votação desse projeto, mas eu tenho certeza de que, da parte da SP Regula e da empresa, sempre há o diálogo permanente com a sociedade - e a Subprefeitura de São Mateus -, para ouvir sociedade sobre os temas que são sensíveis, como a questão das enchentes, a questão da zeladoria.

Acho que essa é a importância que a Câmara Municipal tem, e o Governo tem essa responsabilidade, um Governo que foi reeleito, então assume a partir de janeiro para mais quatro anos essa... Esse não é um empreendimento que você vai licenciar do dia para a noite, vai ter todo um processo, inclusive de participação popular a respeito dessa implantação.

Então eu só queria fazer essas considerações e passar para a SP Regula. Não sei se o José Armênio e o Verde querem fazer as considerações, depois passar para a Ecourbis para algumas respostas.

Muito obrigado.

O SR. MAURO HADDAD NIERI – Bom, Vereador, obrigado novamente pela oportunidade.

A Mariana, o Lutembergue, a Dulce, o Amilton e os Vereadores Hélio e Alessandro acho que vou responder em bloco, que foram... Depois a gente vai receber por escrito os questionamentos do Vereador Hélio e a gente traz na terça-feira. Mas responder em bloco, porque foi mais ou menos no mesmo sentido.

A SP Regula é a agência reguladora de contratos de serviços de concessão do Município de São Paulo, e a gente fica restrito à gestão e fiscalização dos contratos, que a gente regula e gerencia.

Vereador Fabio Riva colocou bem, esta não é uma audiência pública do empreendimento, esta é uma audiência pública da alteração da lei, que não garante o empreendimento. No próprio Artigo 2º, se eu não me engano, do dos três artigos do projeto de

lei, fala exatamente da preocupação da SP Regula com a questão da compensação ambiental. Então, no momento oportuno, as audiências públicas, os questionamentos, a questão do licenciamento ambiental do empreendimento em si.

É um empreendimento de grande monta, que tem EIA-Rima, quer dizer, não é um empreendimento simples, então o órgão ambiental licenciador é a Cetesb também. E lembrando que a Cetesb é uma das maiores e melhores agências ambientais do mundo, com participação em todos os grandes casos, e colabora nas questões ambientais com todas as outras agências, com um serviço de excelência.

Dizer o seguinte, Vereador, só pontuar uma questão. A cidade de São Paulo teve, nos anos 1970, anos 1980, os incineradores. Aquilo que nós estamos propondo aqui é outra coisa completamente diferente. O senhor vem da indústria da área química, então conhece bem. A Europa tinha essa tecnologia naquele momento, e o que eles fizeram foi atualizar e modernizar conforme a tecnologia foi vindo. E nós, em determinado momento, o nosso país, o Brasil: “Pô, não vamos mais fazer esse tipo de tratamento”.

E as plantas que estavam nos centros da cidade, a gente tem Pinheiros, a gente tem ali ao lado do transbordo, tinha um incinerador, tem um incinerador aqui no Centro, na Ponte Pequena; essas plantas acabaram sendo sucateadas e viraram... perderam a natureza de gestão de resíduos. Se o País tivesse feito, como fez a Europa, com certeza teríamos unidades trabalhando nesses lugares, como a gente tem na Europa, ao lado da torre Eiffel, no Japão a gente tem nos centros da cidade, enfim. É o momento ali do País, de alguma decisão. Hoje, a gente sabe, a gente tem todas as legislações, enfim. Eu acho que é reflexo também de um processo histórico. Se teve alguma outra motivação nos governos passados, não é a motivação do Prefeito Ricardo Nunes de colocar isso nas extremidades da cidade. Muito pelo contrário, o Prefeito Ricardo Nunes que acompanhou essa questão basicamente desde a semana que ele assumiu, de uma forma conturbada, horrível. O Riva sabe bem, os Vereadores sabem bem. Com a morte do Prefeito Bruno logo que tomou conhecimento do que estava acontecendo, da Amlurb e tal, ele acompanhou esse processo do início ao fim, nos cobrando modernidade, e o que ele

mais cobrou da gente foi serviço de qualidade para a população.

Está aqui o Davi, o gerente, a nossa fiscalização que a gente cobra é exatamente isso. A ponta, o contato com a população, que é a coleta funcionando e aí entra a educação ambiental, que é um dos pontos que a gente pretende avançar. Tenho conversado bastante com o pessoal do Verde, o pessoal da Educação na questão da educação ambiental, né, Dulce, que faz parte aqui da Cooperativa Chico Mendes, cooperativa que entrou no novo chamamento que a Prefeitura fez, através do SMDet, e se habilitou para receber o material e o apoio que a SMDet presta às cooperativas. Então nós saímos de 20, da época da Amlurb, hoje são 30 habilitadas nesse chamamento como a Chico Mendes e mais 30, que não conseguiram habilitar no chamamento, mas que a Prefeitura, a SMDet, através de um termo de cooperação com a Afesp, presta assistência a outros 30 grupos, não necessariamente cooperativas, outros 30 grupos ajudando no desenvolvimento.

Enfim, eu falei isso em algum momento, em outro evento. Esse contrato vai fortalecer o movimento dos catadores, as cooperativas, com a capacidade que a gente tem de aumentar a coleta seletiva. Por quê? O contrato foi assinado em junho, em outubro nós já universalizamos, vocês lembram que eram só 76% das ruas da cidade que eram cobertas pela coleta seletiva. Já universalizamos esse número hoje, reflexo da renovação contratual. As duas concessionárias já universalizaram para todo o território da cidade. Já começamos a coleta dedicada do vidro; vidro, que é um material complicado e difícil para as cooperativas, perigoso. Estamos fazendo um trabalho dedicado do vidro, uma coleta dedicada do vidro. E a partir do ano que vem, tem o *retrofit* das duas centrais mecanizadas que são operadas pelas cooperativas, mas que tem a gestão, são operadas pelas concessionárias, mas tem a gestão das cooperativas de forma que a gente consiga melhorar essa questão.

Não é a SP Regula como agência reguladora dos contratos, mas a gente participa. O Prefeito Ricardo Nunes criou o Comitê Gestor de Resíduos Sólidos da cidade, então faz parte o próprio Verde, nós da SP Regula, a Selimp, Secretaria de Governo – SMDet e a Secretaria de Ação Climática, todos ali envolvidos nessa questão da gestão de resíduos, de forma que a

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 36 DE 39

gente faça essa gestão da política pública de resíduos sólidos em conjunto com várias Secretarias juntas e a gente fazendo ali no contrato.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado Mauro Haddad, José Armênio.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO BRITO CRUZ – Obrigado, Riva, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui ouvindo a população sobre essa viabilidade da ampliação da CLT lá de São Mateus, eu queria pontuar algumas questões. Primeiro, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento trata da regulação da ocupação do chão da cidade. Quer dizer, a gente desenvolve leis e regulações do que é que pode, onde, o que é que não pode, como foi bem colocado pelo Mauro e pelo Riva, as razões dessa audiência e desse PL que altera uma limitação de uma macrozona do Plano Diretor, não é uma alteração do Plano Diretor enorme, é uma pequena alteração de uma macrozona, no sentido de permitir essa ampliação da central e a implantação desse uso, que é chamado como infra 6 dentro do Plano Diretor, nessa área de São Mateus.

Então foi falado aqui, acho que tanto pela Mesa quanto pela audiência que está aqui nessa plenária, a importância da educação. Acho que a Dulce colocou muito bem. Quer dizer que tem que andar junto, né, Dulce, não dá para andar só de um lado, tem que trazer todo mundo junto, porque senão você mexe numa ponta e a outra ponta fica descoberta.

A questão da zeladoria, quer dizer, não diz respeito aqui a SP Regula nem à Câmara dos Vereadores, que também foi bem colocada pelos moradores, também tem que andar juntos numa visão holística do desenvolvimento urbano.

E eu quero terminar, foi mencionado em duas colocações pelos Vereadores, pelo Hélio e pelo Alessandro, a questão do Polo Petroquímico lá de Mauá, que exemplifica um pouco como que é, por que a SMUL aqui e qual o nosso papel nessas relações, na alteração de zoneamento. O Prefeito Ricardo Nunes mandou para esta Câmara e a Câmara aprovou a criação de um, poderíamos chamar, de um cinturão de Zepam que é área de preservação ambiental, justamente ali na área do município de São Paulo junto a Mauá, que tem uma área grande de Zepam, que foi aprovada por essa Câmara, justamente no sentido de proteger. Mas é de proteger

a população com relação aos impactos que o Polo Petroquímico tem e ao mesmo tempo preservar os empregos que o Polo Petroquímico tem, pois o Polo Petroquímico tem muito emprego também. Então isso foi colocado como Zepam. Isso já é uma lei aprovada aqui na Câmara, é importante dizer. Eu estou só querendo exemplificar como que o desenvolvimento urbano impacta na questão ambiental, na questão de emprego dentro da cidade. Essas determinações não são determinações de desenhinho de uma zona, não, é o entendimento de uma função que vai se desenvolvida e os impactos que essa função tem no município.

Então eu agradeço ao Riva o convite da Secretaria, a Secretária Bete França também agradece o convite aqui para essa audiência e continuamos à disposição de vocês e da SP Regula para contribuir da forma que pudermos nesse novo momento. Isso é uma outra coisa importante. Nós não estamos aprovando um aterro da década de 70. A gente tem um novo momento no tratamento do lixo, com novos recursos tecnológicos para que isso esteja convivendo com a cidade aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, José Armênio, muito obrigado. Agora Juliana, da Secretaria do Verde.

A SRA. JULIANA LAURITA SUMMA – Bom, como foi falado, o licenciamento e Cetesb, a Secretaria do Verde acompanha e eu só queria esclarecer para o Vereador Hélio que o parque que será implantado do lado é um parque natural municipal. Parque Natural Municipal das Nascentes do Aricanduva, que é exatamente para proteger as nascentes do Aricanduva que estão lá. Então como parque natural ele é regido por uma lei federal, ele está fora, ele não é a mesma legislação que a gente aplica para parque urbano e até para o licenciamento tem um regramento diferente. Então essa área muito próxima de 226 hectares vai seguir o rito de implantação de um plano de manejo. Esse plano de manejo visa não só o plantio das mudas, mas a recomposição daquela área como floresta mesmo, como proteção das nascentes daquela região. O parque vai dar outro patamar para aquela área verde que tem lá, para aquela Zepam.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado. Informação importante, viu. Eu

REUNIÃO: 20903 DATA: 21/11/2024 FL: 38 DE 39

não tinha a dimensão do tamanho e de voltar a ser uma floresta importantíssima. Então, agora, para as considerações finais, o Sr. Edinei e depois o Sr. Luis Sergio.

O SR. EDNEI RODRIGUES SILVA – Bom, eu vou ser sucinto pela hora. Eu ratifico o que o Mauro falou, é uma primeira oportunidade de a gente discutir a área, há outras oportunidades sobre o empreendimento que vai requerer licenciamento específico, outras audiências serão conduzidas a esse respeito. Menciono a todos que contribuíram de forma positiva em relação ao empreendimento, que a Ecourbis mantém um programa de acompanhamento social junto à comunidade. Então existe um canal de comunicação direta a pessoas que ligam para a empresa e a gente vai verificar onde os problemas estão, como até a dona Dulce se referiu, a administração da empresa sempre foi transparente em relação a tudo que é feito. Então é nossa prerrogativa desde o início fazer isso de forma transparente em toda a evolução do processo e nos colocamos à disposição para qualquer problema ou dúvida que vocês tenham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Luis Sergio.

O SR. LUIS SERGIO AKIRA KAIMOTO – A maioria das questões já foram respondidas, a única colocação que vou complementar é que todas as questões que foram expostas legitimam esse ato democrático. Acho que há algumas questões de enchente, a gente sabe, eu conheço a área há muito tempo desde a Cidade Tiradentes, pela Cohab CDHU etc., a evolução nessas três décadas foi muito grande. Se tiverem questões a melhorar, como o Ednei falou, a Ecourbis tem um canal direto para isso. Quanto à questão da enchente que foi colocada pela Mariana, pelo Lutenbergue, pelo Hamilton, isso sensibilizou o projeto, embora o projeto estivesse fechado, nós decidimos que seria o caso e vai ser feito alguns piscinões dentro do projeto de tal forma que haja um amortecimento para que possa atenuar tudo isso também.

Mas mais do que isso, todas as colocações que foram feitas são o ato mais importante deste dia. E finalmente o que o Lutenbergue comentou, se os nossos resíduos são parecidos com o dos outros países e assim por diante. Eu não vou falar como consultor do Banco

Mundial pelo mundo, eu falo como paulistano novamente, nossos resíduos são diferentes e para essa diferença é que os projetos tanto do ecoparque, como da própria disposição dos outros tratamentos, estão sendo moldados para nós. Por último, dona Dulce, a senhora falou da falta de voz: a sua voz é imensa e é uma voz que é ouvida pela nossa alma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado. Gostaria de registrar a presença do Dr. Paulo Alvarenga, que é Defensor Público, nos honra muito a vossa presença. Esperamos o senhor na segunda audiência pública que será realizada na próxima terça-feira. O Mauro Haddad gostaria de fazer uma complementação da fala dele e vamos para a finalização. Muito obrigado.

O SR. MAURO HADDAD NIERI – Só gostaria de falar para o Lutembergue porque ele falou das famílias que serão afetadas nessa área não tem nenhuma desapropriação, não tem nenhuma família, então isso não é uma questão. Gostaria de dizer, Vereador Riva, Vereador Hélio, Vereador Alessandro, Dr. Paulo que está aqui, o seguinte: hoje meu filho completa 10 anos. Eu nunca faria nada que colocasse em risco a vida dele. Tenho convicção disso e naquilo que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito bem, ótimo isso, também serve para todos nós. Vamos ampliar esse debate para uma segunda audiência pública. Quero agradecer a presença de todos e todas, sem dúvida nenhuma, principalmente da comunidade que esteve aqui, a voz, o tempo, aos Vereadores amigos, Alessandro Guedes, Hélio Rodrigues aos representantes da SP Regula mando um grande abraço ao João Manoel, que é o nosso Presidente, a nossa querida Bete França externo os nossos cumprimentos a ela ao Ravena também. E agradeço a Juliana e ao José Armênio.

Nada mais havendo a ser tratado dou por encerrada a audiência pública da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma boa tarde.